

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

AMANDA SIMÕES ROXO

**70 ANOS DO PNAE E O IMPACTO NA SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL NO BRASIL**

VOLTA REDONDA - RJ

2025

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**70 ANOS DO PNAE E O IMPACTO NA SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Nutrição
do UniFOA, como requisito à
obtenção do título de Bacharel em
Nutrição.

Acadêmicos: Amanda Roxo

Orientador: Prof. Marcelo Augusto

Mendes da Silva

VOLTA REDONDA - RJ

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Bibliotecária: Alice Tação Wagner - CRB 7/RJ 4316

A887a Roxo, Amanda Simões

70 anos do PNAE e o impacto na segurança alimentar e nutricional no Brasil. / Amanda Simões Roxo. – Volta Redonda: UniFOA, 2025. 27 p. II.

Orientador (a): Prof. Me. Marcelo Augusto Mendes da Silva

Monografia (TCC) – UniFOA / Curso de Nutrição, 2025.

1. Nutrição - TCC. 2. Segurança alimentar - PNAE. 3. Políticas públicas. 4. Agricultura familiar. I. Silva, Marcelo Augusto Mendes da. II. Centro Universitário de Volta Redonda. III. Título.

CDD 613

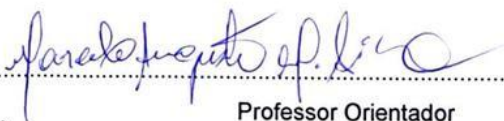
FOLHA DE APROVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso intitulado:
**70 ANOS DO PNAE E O IMPACTO NA SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL NO BRASIL**


Elaborado por Amanda Simões Roxo, apresentado publicamente perante a Banca Avaliadora, como parte dos requisitos para conclusão do Curso de Nutrição.

Aprovada em 05 de novembro de 2024

Banca Avaliadora:


.....
Professor Orientador

Marcelo Augusto Mendes da Silva, Mestre, Centro Universitário de Volta Redonda


.....
Professor Avaliador

Walas Ruan Pinho de Oliveira, Mestrando, Centro Universitário de Volta Redonda


.....
Professor Avaliador

Alden dos Santos Neves, Doutor, Centro Universitário de Volta Redonda

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, aos meus familiares, amigos e professores, que me apoiaram e incentivaram durante toda essa trajetória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ser minha base em todos os momentos, pela força concedida nas horas de incerteza e pelo amparo constante durante toda essa caminhada, principalmente nos momentos que desacreditei de mim mesma.

Aos meus pais e à minha família, deixo minha mais profunda gratidão, por toda compreensão e incentivo em cada etapa desta jornada. Foram eles que não deixaram de me incentivar, acreditar e me dar forças de forma incondicional! Da mesma forma, agradeço também ao meu companheiro de vida, Henrique, que sempre fez questão de dizer o quanto eu era capaz e o quão longe eu posso chegar com a minha força!

Agradeço ao coordenador Alden, em especial, por ajudar a florescer e fortalecer em mim um lado essencial para realização deste trabalho e para as escolhas de caminhos futuros. Ele foi um dos principais que me fez ver o quão apaixonada sou pelo que faço e quero fazer, a ter mais humanidade, amor pelo próximo, e enxergar as minorias! Eu nunca esquecerei! Mas além disso, agradeço a todos os meus professores que dedicaram parte de suas vidas para o nosso aprendizado, e me ampararam da mesma forma!

Aos meus amigos de curso, que tornaram esta trajetória muito mais significativa. Foram anos de aprendizados, risadas, stress, desafios e conquistas compartilhadas, que levarei comigo com enorme carinho. Cada um me ajudou de alguma forma a trilhar esse caminho até aqui!

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a concretização deste sonho, deixo o meu sincero agradecimento. Este trabalho representa não apenas o encerramento de um ciclo, mas também o início de uma nova etapa, construída com o apoio e o carinho de todos vocês.

"O primeiro direito do homem é o de não
passar fome".
Josué de Castro

RESUMO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma das principais políticas públicas para garantir o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA), proporcionando refeições saudáveis, equilibradas e completas a todos os estudantes da educação básica de redes públicas, além de fortalecer o desenvolvimento econômico dos produtores da agricultura familiar. O objetivo desse artigo é analisar a importância e o impacto do PNAE na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa fundamentada em artigos científicos, legislações e dados estatísticos, publicados entre 2020 e 2025. Os resultados demonstram que o Programa consolida-se como uma das principais políticas públicas no combate à Insegurança Alimentar e Nutricional, ao fornecer durante o período letivo refeições adequadas, nutricionalmente completas, e que respeitam a cultura regional, para mais de 40 milhões de alunos no país. Além disso, promove a inclusão de pequenos agricultores familiares, ao destinar 30% da verba total destinada ao PNAE à compra de produtos dessa população, contribuindo para a economia local e a redução da pobreza. Contudo, foram observadas limitações para efetividade do programa ao se tratar de dificuldades vividas pelos agricultores locais, no qual, existe uma desigualdade de acesso ao programa no país, de débitos pendentes do Governo com os mesmos, e burocracias para aderência ao programa.

Palavras-chave: Segurança Alimentar; PNAE; Políticas Públicas; Agricultura Familiar

ABSTRACT

The National School Feeding Program (PNAE) is one of the main public policies for guaranteeing the Human Right to Adequate Food (DHAA), providing healthy, balanced, and complete meals to all basic education students in public networks, in addition to strengthening the economic development of family farming producers. The objective of this article is to analyze the importance and impact of PNAE in promoting Food and Nutritional Security in Brazil. This is a narrative bibliographic review based on scientific articles, legislation, and statistical data, published between 2020 and 2025. The results demonstrate that the Program is consolidated as one of the main public policies in combating Food and Nutritional Insecurity, by providing adequate, nutritionally complete meals that respect regional culture during the school year, for more than 40 million students in the country. Furthermore, it promotes the inclusion of small family farmers, by allocating 30% of the total funds destined to PNAE for the purchase of products from this population, contributing to the local economy and the reduction of poverty. However, limitations to the program's effectiveness were observed when dealing with difficulties experienced by local farmers, in which there is an inequality of access to the program in the country, outstanding government debts with them, and bureaucracy for adhering to the program

Keywords: Food Security; PNAE; Public Policies; Family Farming

LISTA DE TABELA

<u>Quadro 1</u> - Diretrizes do PNAE.....	19
<u>Quadro 2</u> - Valores per capita.....	20

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada

PoU – Prevalência de Subalimentação

EBIA – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

SEDUC – Secretaria de Educação

PM – Prefeituras Municipais

CAE – Conselho de Alimentação Escolar

FAO – Food and Agriculture Organization (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura)

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

EEx – Entidade Executora

TCU – Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. METODOLOGIA	15
3. DESENVOLVIMENTO	Erro! Indicador não definido.
I. Histórico da transição nutricional no Brasil.....	15
II. Histórico do PNAE	16
III. Como funciona o PNAE.....	19
IV. PNAE como estratégia para Segurança Alimentar e Nutricional	21
4. CONCLUSÕES	23
REFERÊNCIAS	24

INTRODUÇÃO

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é um dos pilares fundamentais para garantir a saúde e bem estar da população no Brasil, envolvendo não só a disponibilidade de alimentos, mas também o acesso, qualidade e sustentabilidade da alimentação. No Brasil, a SAN é definida pela Lei Orgânica de Segurança alimentar e Nutricional (LOSAN, Lei nº 11.346/2006), como a garantia de que todas as pessoas possam, de forma estável e contínua, obter alimentos nutritivos e em quantidades necessárias, não prejudicando o acesso a outras prioridades básicas, baseando-se em hábitos alimentares que promovam a saúde, respeitando a diversidade cultural, e que sejam sustentáveis no âmbito social, econômico, cultural e ambiental.

A consecução da SAN, é estabelecida pelo Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), que tem como objetivo implementar políticas e executar ações, estimulando a integração entre governo e sociedade civil, acompanhando e monitorando a avaliação da SAN no país (LOSAN, Lei nº 11.346/2006).

Nesse contexto, o Relatório das Nações Unidas sobre o Estado da Insegurança Alimentar Mundial (SOFI 2024), aponta que no triênio de 2022-2024 a média da Prevalência da Subalimentação (PoU) estipulada pela FAO, estabeleceu-se abaixo de 2,5%, classificando o Brasil fora do Mapa da Fome. Essa métrica é calculada estimando a proporção da população que não possui acesso a alimentos em quantidades suficientes (kcal/dia), levando em conta a desigualdade na distribuição dos alimentos e os níveis de renda (FAO, 2025).

Entretanto, apesar do país apresentar diversos avanços, a insegurança alimentar ainda está presente no lar de milhares de brasileiros, principalmente nas populações mais vulnerabilizadas. Uma das formas de monitoramento de SAN é a Escala Brasileira de Segurança Alimentar (EBIA), aplicada pelo IBGE por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, baseada em entrevistas presenciais e domiciliares, apontando e distinguindo três níveis de insegurança alimentar: leve, moderada e grave. No quarto trimestre de 2023, através dos dados obtidos pela PNAD Contínua, estimou-se cerca de 22 milhões

de brasileiros em algum grau de insegurança alimentar, sendo 5,3% dos domicílios particulares com insegurança alimentar moderada e 4,1% considerado como grave (IBGE, 2024).

Dessa forma, ainda que as pesquisas demonstrem uma evolução no contexto de SAN no Brasil, ao sair do Mapa da Fome, os dados conferem que milhões de pessoas no país ainda se encontram em algum grau de insegurança alimentar.

Nesse cenário, o ambiente escolar é um dos locais mais favoráveis para formação de hábitos alimentares saudáveis e a promoção de saúde e bem estar. A escola se caracteriza como um espaço para aprendizagem de hábitos e práticas, no qual as crianças e adolescentes passam grande parte de seu tempo, o que torna a refeição escolar uma ferramenta para assegurar que parte da população tenha acesso à alimentos de qualidade e em quantidades essenciais (BRASIL, 2024).

Segundo Decreto nº 11.821, de 12 de dezembro de 2023, da Presidência da República, que dispõe sobre objetivos e princípios da promoção da alimentação saudável no espaço educacional, torna-se indispensável a implementação de ações que promovam o desenvolvimento de habilidades voltadas ao bem estar e autocuidado, a promoção de sistemas alimentares pautados em saúde, sustentabilidade e justiça social, além de participar na prevenção de todas as fontes de má nutrição, possibilitando melhor qualidade de vida.

A principal política pública destinada a alimentação escolar, é denominada Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), completando 70 anos de existência, instituída pelo Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955, atuando de forma universalizada, considerado um dos maiores do mundo no âmbito de refeições escolares. Esse programa é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no qual, é responsável por repasses financeiros, em caráter suplementar, às Secretarias Estaduais de Educação (Seduc) e às Prefeituras Municipais (PM), com finalidade de atender a todos os alunos regularmente matriculados nas unidades de educação básica das redes, municipal, distrital, estadual, federal e entidades consideradas filantrópicas.

Dentre ações do PNAE, o objetivo é garantir o direito à alimentação escolar, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento biopsicossocial dos alunos,

bem como o processo de aprendizagem, através de alimentação nutricionalmente balanceada, respeitando a cultura com uso de alimentos variados e seguros, de forma igualitária, além de fomentar a criação de práticas alimentares saudáveis (BRASIL, 2024).

O PNAE consolida-se como um instrumento essencial para garantir a SAN no Brasil, ao contribuir com a redução da insegurança alimentar, e impactando diretamente no Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA), fornecendo refeições adequadas e nutricionalmente essenciais em todo o período letivo. Ademais, “configura-se enquanto ação de promoção da saúde ao lidar com um fator primordial para os ganhos de saúde que é o fornecimento e o estímulo a uma alimentação saudável com foco na população infantil”. (KROTH, GEREMIA, MUSSIO, 2020).

O programa também contribui para o fortalecimento da produção agrícola local, ultrapassando o âmbito escolar, o Art. 29 da Resolução nº 06, de 08 de maio de 2020, determina que no mínimo 30% dos recursos financeiros provenientes do FNDE devem ser destinados a aquisição de alimentos produzidos pela Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações. Dessa forma, o PNAE torna-se indispensável, sendo uma das principais políticas públicas para garantir a SAN no país, contribuindo para melhoria nas condições de saúde e aprendizagem dos alunos, quanto para promoção da equidade social, fortalecimento socioeconômico das comunidades e desenvolvimento sustentável.

Diante do exposto, torna-se relevante discutir sobre a influência do PNAE na contribuição com a implementação da SAN no Brasil, tendo em vista o contexto de desigualdade social e os desafios para o enfrentamento da fome. Portanto, o problema que norteia esse trabalho é: qual a influência do PNAE na promoção efetiva da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil?

Este artigo tem como objetivo geral, analisar, por meio de revisão bibliográfica, a influência e ação do PNAE no contexto de SAN no Brasil. Ao longo do texto busca-se esclarecer, através de estudos e documento oficiais: contribuições do programa para garantia do DHAA; atualizações da Resolução oficial; impacto na comunidade da agricultura familiar; desafios enfrentados na atualidade.

1. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa realizada a partir de buscas nas bases SciELO, Google Acadêmico, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), Food and Agriculture Organization (FAO), e plataformas oficiais do governo: IBGE, FNDE, e GOV.

A pesquisa foi realizada entre agosto e outubro de 2025. Foram utilizados os descritores “Insegurança Alimentar e Nutricional”, “Políticas Públicas de Alimentação”, “Impacto do PNAE na agricultura familiar”, “Programa Nacional de Alimentação Escolar”, “Segurança alimentar e nutricional”, “Mapa da Fome”.

Foram incluídos artigos, livros, documentos oficiais (resoluções, leis, decretos e guias) e dados estatísticos publicados entre 2020 e 2025, disponíveis em português, que abordam o conceito de SAN e a relação com o PNAE. Os critérios de exclusão foram todos os artigos publicadas anteriormente a 2020, exceto pelos necessários para fundamentar o contexto histórico.

A seleção e análise dos materiais foi realizada de forma crítica, a fim de identificar os principais progressos, evidências, impactos e limitações do PNAE como estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil.

2. DESENVOLVIMENTO

I. Histórico da transição nutricional no Brasil

A disponibilidade, e acesso à alimentos de qualidade por uma grande parcela da população brasileira, é um problema desafiador que passou por diversas transformações e enfrentamentos ao longo das últimas décadas. Entre 1990 e 2014 o Brasil alcançou avanços significativos no combate à fome, desenvolvendo políticas e ações essenciais para superação da pobreza extrema. Segundo Meza, representante da FAO no Brasil, o país saiu do Mapa da fome em 2014 após mais de uma década de investimentos em segurança alimentar, entretanto, com alterações subsequentes nas políticas públicas, somadas aos impactos da pandemia da Covid-19, voltou a constar no mapa da fome oficialmente em 2021 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2025).

Dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – Rede PENSSAN (2022) indicam que mais de 33 milhões de brasileiros enfrentavam a fome naquele período, principalmente pelos impactos da Covid-19. Na edição de pesquisa da época, estimou-se que mais da metade da população convivia com algum grau de insegurança alimentar, sendo cerca de 4 a cada 10 famílias dispondo de acesso contínuo a alimentos. Este cenário levou o país a regredir a uma realidade equivalente à de 1990.

A reativação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) em 2023, com ampla participação da sociedade civil, aliada à outras políticas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a alimentação escolar e o incentivo a agricultura familiar, tiveram papel fundamental e determinantes na recuperação da SAN no Brasil. Com fortes ações de políticas públicas associadas a participação social, foi possível reverter de forma significativa os retrocessos alcançados na época, a proporção de pessoas em insegurança alimentar grave, caiu de 6,6% em 2021 para 3,4% no triênio de 2022-2024, equivalente a quase sete milhões de pessoas que deixaram essa situação (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2025).

II. Histórico do PNAE

Um dos programas mais antigos de políticas públicas de alimentação no Brasil é o Programa Nacional de Alimentação Escolar, atualmente conhecido como merenda escolar. Suas origens datam da década de 1940, quando o Instituto de Nutrição propôs ao Governo Federal a oferta de alimentação aos escolares de baixa renda, embora a proposta não tenha sido implementada por falta de recursos. Na década seguinte, o plano "Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil" organizou pela primeira vez um plano de merenda escolar, sendo instituída através do Decreto nº 37.106, em 1955, a Campanha de Merenda Escolar (CME) atrelada ao Ministério da Educação. Em 1965, o programa passou a ser denominado como Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), sendo ampliado e marcado pela cooperação com programas internacionais, como o Programa Mundial de Alimentos (PMA) da FAO, o Programa de Alimentos para o

Desenvolvimento e Alimentos para a Paz, financiado pelos Estados Unidos (FNDE, 2023).

Ao longo das décadas seguintes, o programa sofreu mudanças significativas. Em 1976, começou a participar do II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), recebendo a denominação definitiva em 1979, o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Em 1988, com a Promulgação da Constituição Federal, foi estabelecido o direito a alimentação escolar como uma obrigação do Estado, em caráter suplementar, assegurando que todos os estudantes do ensino fundamental recebam esse benefício (FNDE, 2023).

Até o começo dos anos de 1990, o PNAE funcionava de forma centralizada, cabendo ao órgão gestor realizar licitações, cardápios, garantir a qualidade e distribuir os alimentos em todo país. Através da Lei nº 8.913, iniciou-se a descentralização em 1994, permitindo a transferência direta de recurso aos estados e municípios (FNDE, 2023). A partir da descentralização, tornou-se possível a adequação do programa às realidades locais, permitindo refeições compatíveis com os padrões culturais, fortalecendo as economias locais a agricultura familiar, adquirindo os alimentos in natura de forma regionalizada (Silva, 2019).

Décadas seguintes, o PNAE foi consolidado internacionalmente, como um programa de referência na alimentação escolar sustentável. Nesse contexto, a Medida Provisória nº 2.178, de 2001, destacou a obrigatoriedade de 70% dos recursos financeiros enviados pelo Governo Federal, para utilização de forma exclusiva a adquirir alimentos básicos respeitando os hábitos alimentares locais e valorizando a agricultura familiar. Posteriormente, foi instituído em cada município, o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), um instrumento de controle social e órgão fiscalizador do programa (FNDE, 2023).

No âmbito de políticas públicas de alimentação, a atuação do nutricionista foi reforçada através da Resolução CFN nº 380/2005, posteriormente atualizada em 2010, que definiu as áreas de atuação e suas atribuições, sendo uma delas a Educação Alimentar e Nutricional, no qual o nutricionista poderia atuar na supervisão e coordenação em programas de nutrição para a comunidade escolar (Medeiros et al., 2025). A partir disso, no ano seguinte foi estabelecido a obrigatoriedade do nutricionista como responsável técnico pelo programa nas

entidades executoras, marcando um avanço na qualidade nutricional, técnica e sanitária das refeições oferecidas nas unidades escolares (Resolução FNDE nº 32/2006).

Em 2009, o Programa teve mais avanços significativos através da Lei nº 11.947/2009. O PNAE foi estendido para toda rede pública de educação básica, além de afirmar que no mínimo 30% dos repasses financeiros do FNDE sejam destinados para compra de insumos da agricultura familiar. Destaca-se também, que a aquisição de gêneros alimentares da agricultura familiar, foi priorizada em virtude das comunidades quilombolas, indígenas e assentamentos da reforma agrária, fortalecendo a economia e respeitando a cultura local. Nos anos seguintes, o Programa passou a incluir diretrizes voltadas a Educação Alimentar e Nutricional (EAN), e ao incentivo a agricultura familiar, medidas que estão em harmonia com as atuais políticas públicas de SAN (FNDE, 2023).

Além disso, em maio de 2020 foi publicada a Resolução FNDE nº 6, marcando a verdadeira nova fase para o PNAE que culmina até os dias de hoje. Ela foi construída de forma coletiva e intersetorial, considerando novas evidências científicas sobre o impacto dos alimentos processados na vida dos alunos, aprimorando critérios nutricionais e a qualidade das refeições, reforçando o controle social e o desenvolvimento das comunidades locais. Posteriormente, foi atualizada através da Resolução nº 2 de 10 de março de 2023, com alterações nos valores per capita destinados ao repasse de recursos aos estudantes (FNDE, 2023).

Seguindo essa linha de aprimoramento, em fevereiro de 2025 foi publicado no Diário Oficial da União (DOU), pelo Conselho Deliberativo do FNDE, a Resolução CD/FNDE nº 3. Essa, determina uma redução mais rigorosa da aquisição de alimentos processados e ultraprocessados para as escolas, limitando de 20% para 15% ainda em 2025, com intuito de alcançar apenas 10% em 2026. Em contrapartida, a compra de alimentos in natura ou minimamente processados deve atingir um mínimo de 80%. Essas atualizações reforçam o compromisso evolutivo do Programa, alinhando-se cada vez mais aos princípios da Educação Alimentar e Nutricional e as necessidades dos estudantes brasileiros.

III. Como funciona o PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é atualmente regido pela Resolução nº 06, de 08 de maio de 2020, que estabelece as diretrizes para fornecer as refeições escolares a todos os estudantes matriculados da rede pública, considerando que a alimentação é um direito dos alunos, e o Estado tem o dever de proporcioná-las. Através de ações de educação alimentar e a oferta de refeições que forneçam todas as necessidades nutricionais, durante o tempo do aluno na instituição de ensino, tem como principal objetivo “contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos” (BRASIL, 2020).

O funcionamento do PNAE é conduzido por um conjunto de diretrizes, estabelecidas por esta resolução, descritas no quadro a seguir.

Quadro 1 – Diretrizes do PNAE

Nº	Diretriz
I	O emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica.
II	A inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida na perspectiva da segurança alimentar e nutricional.
III	A universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica.
IV	A participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada.
V	O apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos.

Fonte: FNDE, 2020

A gestão do Programa é descentralizada, e funciona com a participação de diversos atores. A definição das normas gerais, coordenação e repasse de recursos financeiros é responsabilidade do Governo Federal, através do Fundo Nacional de

Desenvolvimento da Educação (FNDE). A execução dos recursos cabe a cada Entidade Executora (EEx), como as prefeituras, secretarias de educação e escolas federais. Nesse contexto, a principal forma para definir o valor de repasse é a quantidade total de matrículas escolares ativas, informadas pelas EEx ao Censo Escolar do ano anterior. Os valores per capita diário variam de acordo com a etapa de ensino a qual os alunos pertencem, visto que, existe uma diferença nas necessidades alimentares e nutricionais de acordo com a idades dos estudantes. Esses valores são calculados através do: número de alunos \times valor per capita diário \times número de dias letivos no ano. Dessa forma, o Governo estipula um valor total para que seja realizado um repasse anual as EEx (TCU, 2025). Abaixo estão descritos os valores per capita atualizados de acordo com a Resolução nº 2 de 10 de março de 2023 publica pelo FNDE.

Quadro 2 – Valores per capita

Modalidade de ensino / Atendimento Alunos regularmente matriculados	Valor per capita (R\$)
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	0,41
Ensino Fundamental e Ensino Médio	0,5
Pré-escola (Exceto escolas indígenas e quilombolas)	0,72
Escolas de educação básica em áreas indígenas e quilombolas	0,86
Escolas de tempo integral (mínimo 7h diárias)	1,37
Creches (inclusive indígenas e quilombolas)	1,37
Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral	2,56
Atendimento Educacional Especializado (AEE) – contraturno	0,68

Fonte: FNDE, 2023 (Adaptado)

Além disso, o PNAE conta com a importante participação de atores sociais, como o Nutricionista, um responsável técnico pela confecção de cardápios, elaboração de listas de compras, capacitação de merendeiras e outros profissionais responsáveis pela manipulação de alimentos, participar do processo de compra e recebimento dos alimentos, garantindo a qualidade dos produtos e assegurando que todos os alunos sejam atendidos em suas necessidades alimentares. Adicionalmente, a fiscalização e acompanhamento das ações ficam sob responsabilidade do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), presente em todo processo para garantir que as refeições sejam de excelência e os repasses financeiros sejam utilizados de forma adequada (TCU, 2025).

É importante salientar que os fundamentos teóricos para o PNAE são baseados na segunda edição do Guia Alimentar para a População Brasileira, bem como o Guia Alimentar para Crianças Menores de Dois Anos, confeccionado e publicado pelo Ministério da Saúde, respectivamente em 2014 e 2020 (Brasil, Resolução nº 06, de 08 de maio de 2020). O primeiro em questão, destaca a importância de refeições saudáveis e a criação de hábitos alimentares equilibrados desde a infância, além de ressaltar que a base da alimentação deve ser composta por alimentos in natura ou minimamente processados, valorizando a cultura local, fortalecendo a agricultura familiar e promovendo saúde. Dessa forma, percebe-se que as orientações do Guia estão em consonância com as atuais diretrizes do PNAE, ambas fundamentadas no bem-estar social, cultura e sustentabilidade (Ministério da Saúde, 2014).

IV. PNAE como estratégia para Segurança Alimentar e Nutricional

A FIES (Food Insecurity Experience Scale), uma escala internacional desenvolvida pela FAO, utiliza um questionário que mede as experiências pessoais vividas em relação a falta de acesso a alimentos, estimando a insegurança alimentar em grave e grave ou moderada, destacou que 3,4% da população brasileira apresentava-se em insegurança alimentar grave no triênio de 2022-2024, e 13,5% estava em insegurança alimentar grave ou moderada (FAO, 2025). Nesse contexto, é importante destacar o papel do PNAE em combate a fome no Brasil, ao garantir que cerca de 40 milhões de alunos em diferentes idades, tenham acesso a refeições nutricionalmente balanceadas. Atualmente são oferecidas mais de 10 bilhões de refeições por ano, atendendo a mais de 150 mil escolas públicas de todo país (FNDE, 2025).

Além disso, durante o período da Pandemia da Covid-19, e as condições de isolamento social decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus, as unidades escolares foram fechadas. Nesse período, em abril de 2020 foi publicada a lei Nº 13.987, de 7 de abril de 2020 que alterou a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com intuito de autorizar a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com os recursos do PNAE, aos pais ou responsáveis dos alunos matriculados em escolas públicas de todo país. A resolução nº 02, de 09 de abril de 2020, estabeleceu a entrega de kits alimentares contendo alimentos in natura e

minimamente processados, adquiridos sempre que possível da agricultura familiar, de forma a garantir o acesso a alimentação a milhares de estudantes. Dessa forma, o programa buscou promover, mesmo que parcialmente, o acesso a uma alimentação adequada, conforme os princípios de SAN, minimizando impactos da desigualdade social no Brasil (FNDE, 2021).

A Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) persiste em comunidades Quilombolas. O povo negro, convive diariamente com a desigualdade social no país, questão que reflete diretamente no acesso a alimentação adequada. Um estudo realizado na Comunidade Quilombola do Morro do Fortunato (SC), aponta a importância do PNAE para essa população, no qual 30% dos recursos são destinados a compra de alimentos da agricultura familiar, com prioridade aos quilombolas. Através dos dados adquiridos nesse estudo, concluiu-se que apesar de alguns desafios enfrentados, como barreiras burocráticas, instabilidade em tempo de férias escolares e atrasos em pagamentos, o Programa permitiu o retorno da agricultura como alternativa econômica e fonte de renda garantida à comunidade. Além disso, essa oportunidade alavancou o protagonismo feminino, antes forçadas à trabalhos informais e desvalorizados, e atualmente vivenciando um cenário de autonomia e dignidade, além de assegurar a permanência dos agricultores em suas terras (BORBA ZANLOURENSI et al., 2025).

Segundo Gomes et al. (2025), em seus estudos sobre o impacto do PNAE na renda dos agricultores familiares beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), constatou-se um efeito benéfico para a renda dos produtores rurais participantes do programa em cerca de 0,1% comparados aos não participantes, contribuindo para a redução da pobreza nessa população. Contudo, mesmo com efeitos positivos, observou-se uma desigualdade entre as famílias em condições de baixa renda, média renda e renda elevada: a primeira, em situação mais vulnerável, demonstrou obter prejuízos; a segunda apresentou resultados significativos; a terceira, alcançou resultados positivos, mas não muito significativos. Dessa forma, relatou importante impacto do PNAE na renda dessas famílias, mas com limitações, sugerindo a necessidade de outras políticas públicas direcionadas e contínuas, visto a dificuldade de implementação de um único modelo de programa para um país tão vasto.

De acordo com Machado (2025), o PNAE garante efeitos positivos quando há articulação entre o programa e o comércio local, apoio técnico e cooperativas. Contribui especialmente destacando a inclusão das produções de pequenos agricultores, movimentação da economia local, distribuição de insumos, além de garantir uma maior variação dos alimentos, e suas respectivas culturas. Todavia, refuta a incidência de desafios e limitações para execução do programa conforme Resolução vigente, no qual, existe uma desigualdade de acesso ao programa, além de ausência de assistência especializada, com foco em algumas regiões como Norte e Nordeste.

Nesse sentido, é possível identificar a importância do PNAE como fonte de renda e melhora na qualidade de vida das populações mais vulneráveis em áreas de produção rural, ainda que possua muitas limitações para execução 100% eficaz das diretrizes do programa. Diante disso, no dia primeiro de outubro, o Governo Federal sancionou a Lei nº 15.226 que altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com intuito de estabelecer um novo percentual mínimo (45%) para aquisição de insumos provenientes da agricultura familiar, além de alterações no prazo de validade, e ampliando as responsabilidades dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE). Dessa forma, aumenta-se as possibilidades da diversidade de alimentos destinados aos estudantes e o fortalecimento dessa população (REBRAE, 2025).

4. CONCLUSÕES

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) contribui essencialmente para garantir o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA). A oferta de refeições saudáveis e completas, durante o período letivo para cerca de 40 milhões de estudantes, é de extrema importância para lutar contra a Insegurança Alimentar e Nutricional presente no Brasil.

O PNAE é uma das políticas públicas mais importantes do país, ao fornecer alimentos variados, que se adequam às culturas regionais e às faixas etárias dos alunos, fornecendo nutrientes essenciais para o desenvolvimento e crescimento na infância, além de uma ferramenta essencial para construção de hábitos alimentares.

Os achados revelam impactos positivos na agricultura familiar, na renda dessas comunidades e na economia local. Sendo de suma importância para que permaneçam em suas terras, com autonomia e dignidade, tendo em vista a garantia de venda de seus insumos para o PNAE, nas localidades que aderem ao Programa.

Entretanto, os estudos apontam alguns desafios e limitações para a execução do Programa, ao se tratar dos produtores rurais. Muitos enfrentam problemas como atraso no pagamento, falta de apoio técnico, desigualdade no acesso ao Programa, dificuldades no período das férias escolares, além de burocracias para garantir aderência ao PNAE.

Portanto, é possível identificar a relevância do programa para a Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, com potencial impacto positivo, mas sua efetividade depende da continuidade e fortalecimento das políticas, inclusão de regiões mais vulneráveis, apoio técnico especializado e a valorização da agricultura familiar.

É importante que haja investimento e apoio dos órgãos governamentais e de toda a sociedade no aprimoramento de políticas públicas que fortaleçam este Programa essencial para o combate à fome no Brasil.

REFERÊNCIAS

BORBA ZANLOURENSI, Clorine; SECCHI MARTINELLI, Suellen; GARCIA GABRIEL, Cristine; SOAR, Claudia; DA SILVA FLORINTINO, Camila; SOARES LEITE, Maurício; DAS NEVES, Janaina. Perspectivas de agricultores familiares quilombolas sobre o fornecimento de produtos para a alimentação escolar. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 20, p. e76077, 2025. DOI: 10.12957/demetra.2025.76077.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a garantir o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 set. 2006.

BRASIL. Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros fornecidos adquiridos com recursos do PNAE. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 15.226, de 30 de setembro de 2025. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para dispor sobre o prazo de validade dos gêneros introduzidos adquiridos no âmbito do PNAE e estabelece percentual mínimo de 45% para

aquisição direta da agricultura familiar. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 set. 2025.

BRASIL. Decreto nº 11.821, de 12 de dezembro de 2023. Dispõe sobre os princípios, objetivos e diretrizes das ações de promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar. Brasília, DF, 12 dez. 2023.

BRASIL. Resolução nº 6, de 8 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do PNAE. Brasília, DF, 8 maio 2020.

BRASIL. Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001. Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 27 ago. 2001.

FAO; FIDA; UNICEF; AMP; OMS. **O estado da segurança alimentar e nutricional no mundo 2025 – Enfrentando a alta inflação dos preços dos alimentos para a segurança alimentar e nutricional.** Roma: FAO, 2025.

FNDE. **Execução do PNAE durante a pandemia: um panorama nacional.** Brasília, DF: FNDE, 2021. *Acesso em: 02 out. 2025.*

FNDE. Resolução CD/FNDE nº 2, de 10 de março de 2023. Altera a Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020. Brasília, DF, 10 mar. 2023. *Acesso em: 05 out. 2025.*

FNDE. Resolução CD/FNDE nº 3, de 4 de fevereiro de 2025. Altera a Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020. Brasília, DF, 4 fev. 2025. *Acesso em: 08 out. 2025.*

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). Resolução/CD/FNDE nº 32, de 10 de agosto de 2006. Estabelece as normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 ago. 2006. *Acesso em: 11 out. 2025.*

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Brasília, DF: FNDE, 2024. *Acesso em: 14 out. 2025.*

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Resolução/CD/FNDE nº 32, de 10 de agosto de 2006. Estabelece normas para a execução do PNAE. Brasília, DF: FNDE, 2006. *Acesso em: 17 out. 2025.*

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Histórico. Brasil, 05 de julho de 2023. *Acesso em: 20 out. 2025.*

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Alimentação escolar: um direito que transforma vidas e fortalece a educação pública. Brasil, 21 de outubro de 2025. *Acesso em: 27 out. 2025.*

GOMES, M. C., LAZARETTI, L. R., ASSIS, T., BECKER, K. L., & BENDER FILHO, R. (2025). Impacto do programa nacional de alimentação escolar na renda dos agricultores familiares beneficiários do programa bolsa família. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 63, e286558.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Segurança Alimentar 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

KROTH, Darlan Christiano; GEREMIA, Daniela Savi; MUSSIO, Bruna Roniza. Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma política pública saudável. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, 2020.

MACHADO, G.; SILVA, LMC da. Contribuições do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção da segurança alimentar no Brasil (2015–2025): uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 14, n. 7, e5914749231, 2025.

MEDEIROS, CS et al. Setenta anos de atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar: resgate histórico, intervalos numéricos de referência, reflexões e perspectivas. **Revista de Nutrição**, v. 38, e240119, 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Artigo: O Brasil voltou a sair do Mapa da Fome. Brasília, DF, 2025.

REDE PENSSAN. 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. São Paulo: Rede PENSSAN, 2022.

REBRAE. É sancionada uma lei que amplia a participação da agricultura familiar para o PNAE. Brasília, DF, 2 fora. 2025.

RESOLUÇÃO nº 2, de 9 de abril de 2020. Dispõe sobre a execução do PNAE durante o período de estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Brasília, DF, 9 abr. 2020.

SILVA, SP. Trajetória e padrões de mudança institucional no Programa Nacional de Alimentação Escolar. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2019.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Cartilha para conselheiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Brasília, DF: TCU, 2025.